



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10241 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

**EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE OS PROFESSORES DA CRECHE TÊM A DIZER
SOBRE A AVALIAÇÃO DAS CRIANÇAS**

Fabiana Goveia Gava - UFSCAR/SOROCABA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO
CARLOS

Izabella Mendes Sant Ana Santos - UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

**EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE OS PROFESSORES DA CRECHE TÊM A DIZER
SOBRE A AVALIAÇÃO DAS CRIANÇAS**

RESUMO

Este estudo visou conhecer as percepções de professores que atuam na creche sobre a avaliação na Educação Infantil e seus desafios, partindo do contexto histórico político da implementação da documentação pedagógica neste nível de ensino no município do interior paulista. Utilizou-se o materialismo histórico-dialético como referencial teórico-metodológico, e foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro professores de creche pública. As informações obtidas apontaram que: a avaliação na educação infantil é voltada para o acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento da criança com foco nas questões comportamentais e atitudinais, seu planejamento está pautado nas experiências docentes e centrado nas expectativas dos adultos em relação às crianças. Em relação aos desafios foram sinalizados: a falta de planejamento nas propostas de formação continuada referente à temática e a existência condições precárias de trabalho. Discute-se que a formação continuada seja garantida e construída coletivamente junto aos professores da creche, buscando a (re)construção de práticas avaliativas que respeitem as crianças como sujeitos históricos e de direitos.

Palavras-chave: Avaliação; Educação infantil; Professores

Introdução

A educação infantil, ao ser legitimada por meio das legislações brasileiras e marcos legais ao sistema educacional como primeira etapa da Educação Básica, passa a abranger em seu campo, aspectos do sistema de ensino, como por exemplo, a avaliação. Deste modo, encontra-se tanto na LDB (BRASIL, 1996) como nas DCNEI (BRASIL, 2010), definições a respeito de avaliação para bebês e crianças relativas a essa modalidade de ensino.

No campo da educação infantil torna-se ainda mais complexo realizar a avaliação do

desenvolvimento e aprendizagens dos bebês e crianças pequenas, pois evidenciam-se muitas questões implicadas nessa prática. Inicialmente, é preciso atentar-se que, diferentemente de outras etapas como no ensino fundamental onde a avaliação, em geral, é voltada para os produtos e resultados, a avaliação nessa modalidade envolve a observação de processos de desenvolvimento e aprendizagem geralmente não medidos em termos de notas. Avaliar na educação infantil configura-se como um cenário indefinido e com muitos questionamentos, pois está relacionado à concepção da educação infantil, concepção de infância e de criança que os docentes carregam em suas vivências (GARMS; SANTOS, 2014). Isto posto, este estudo visa apresentar as concepções de professores que atuam em uma creche pública sobre a avaliação na educação infantil e seus desafios, partindo do contexto histórico político da implementação da documentação pedagógica na educação infantil em um município do interior do estado de São Paulo.

Método

O referencial teórico-metodológico adotado neste estudo é o materialismo histórico-dialético, o qual considera que as mudanças na vida do indivíduo advêm das mudanças históricas e materiais. Esta teoria compreende o ser no mundo em uma totalidade, em movimento dialético motivado por contradições. (MARTINS, 2008). Assim, ao mesmo tempo que o sujeito transforma a realidade, também sofre transformações, sendo o protagonista da construção de sua própria história.

Como estratégias metodológicas foram usadas a observação participante e entrevistas semiestruturadas com quatro professores de creche pública de um município do interior paulista.

Os professores apresentavam entre 15 e 20 anos de carreira no magistério, entre oito a dez anos de atuação na creche em questão, todos são graduados em Pedagogia e têm curso de especialização na área educacional. O estudo seguiu os procedimentos éticos de pesquisa com seres humanos e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que informa os objetivos, aspectos como anonimato, desistência da participação, dentre outras informações.

Neste estudo são focalizadas somente as respostas dos participantes nas entrevistas em relação ao entendimento sobre o que é avaliação na educação e os desafios enfrentados na realização desta prática na creche pública.

Resultados e discussão

Cabe ressaltar que, a partir de 2016, a avaliação na educação infantil no município pesquisado passou por mudanças nas práticas avaliativas, foi a transição da Ficha de Avaliação do Desenvolvimento e Aprendizagem do aluno (FADA) para a proposta de documentação pedagógica na educação infantil, que orienta sobre a escrita do relatório individual da criança, regulamentada por um caderno de orientações publicado pela Secretaria Municipal de Educação embasado nas DCNEI de 2009.

No que se refere à compreensão sobre a avaliação na educação infantil, os resultados obtidos, com base nos depoimentos dos professores entrevistados, os docentes sinalizaram a importância da mediação e da observação das crianças, de forma processual, focalizando as dimensões comportamentais e atitudinais no acompanhamento de sua aprendizagem e desenvolvimento.

Neste ponto, é preciso trazer para o bojo das discussões que a avaliação na educação infantil tem sido geralmente fundamentada nos processos de desenvolvimento subdivididos

ou fragmentados em áreas do desenvolvimento (motor, cognitivo social, afetivo, etc.) trazendo o foco para situações controladas, se aproximando ainda que não explicitamente, das escalas do desenvolvimento ou até mesmo testes, não vislumbrando o indivíduo concreto em suas interações e ações em diferentes contextos, deixando de lado o protagonismo infantil preconizado nas DCNEI (BRASIL, 2009). Rossetti-Ferreira, Amorim e Oliveira (2009) apontam que as avaliações propostas para a primeira infância, de forma geral, fundamentam-se em escalas do desenvolvimento embasadas no campo da Psicologia. Em outras palavras, classificam as crianças em relação ao seu desenvolvimento motor, linguagem, cuidado pessoal, controle de esfínteres, socialização entre os pares e adultos, entre outros, dessa forma, a avaliação fragmentada pode reforçar processos de exclusão, pois seus “resultados” contribuiriam para a rotulação da criança.

Diante do exposto, faz-se necessário se considerar a proposição apresentada por Garms e Silva (2014) de garantir que a avaliação do processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças sejam coerentes com três postulados: concepção de criança, infância e educação infantil como preconizado nas DCNEI (BRASIL, 2009b).

No tocante aos desafios no processo de avaliação na educação infantil, os professores indicaram dificuldades no momento de elaborar e apresentar as informações a serem expostas nos relatórios ou portfólios, a diferença de opiniões entre os profissionais da educação que atuam com a criança na creche, bem como, a quantidade elevada de crianças nas turmas, o que segundo eles influencia no trabalho educativo e no processo de avaliação na educação infantil.

Os aspectos destacados abrangeram a presença de diferentes visões dos profissionais que atuam com as crianças na creche pública, o que se constituiu como um dificultador na realização da avaliação do processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Também houve a preocupação em relação ao número de crianças ou superlotação das salas, bem como a não presença dos docentes no período integral, o que foi apontado como um aspecto que prejudica o acompanhamento mais próximo da criança no processo de avaliação.

É preciso mencionar que, além do docente, outros profissionais como estagiários e auxiliares de educação (apresentando níveis diferentes de escolaridade) participam do atendimento a criança em creche, não raramente permanecendo mais tempo que com ela do que o professor. Pode-se considerar que a não presença do professor em período integral vai na contramão das orientações contidas na DCNEI de 2009 ao preconizar que o docente precisa acolher as crianças e suas famílias ao ingressarem na creche através de planejamento para efetivação desta ação, bem como, a observação atenta das crianças e sua prática educativa.

Neste sentido, a não contratação de professores para atendimento em período integral em creche pública e o número elevado de crianças na educação infantil evidencia a precarização do atendimento nesta modalidade, demarcando a desvalorização docente, pois não há preocupação com a formação específica para desenvolver o trabalho com bebês e crianças pequenas. Silva (2018) aponta que a superlotação na educação infantil prejudica o estabelecimento de vínculos, o atendimento educacional e influenciando nas práticas voltadas ao desenvolvimento da criança.

Além disso, os relatos dos professores revelam a necessidade de formação continuada em serviço que aborde a temática da avaliação na educação infantil, conforme preconizado no próprio caderno de orientações da Secretaria Municipal de Educação do município pesquisado.

Os relatos dos professores revelaram impasses no estabelecimento da documentação

pedagógica na rede para a educação infantil, onde percebeu-se que o documento se constituiu como algo distante dos professores, compreendido muitas vezes como verticalizado e passageiro.

Ademais, observa-se a descontinuidade das políticas públicas evidenciada em 2019 com a implantação na rede municipal de um sistema de ensino apostilado adotado para a rede pública municipal, o qual que precisou ser estudado e apropriado por todos os docentes e equipes gestoras das instituições de educação infantil. Mais especificamente, sobre a avaliação neste contexto, entende-se que ocorreu a falta de consideração a um processo que estava se estabelecendo com as diretrizes para a documentação pedagógica da rede pública municipal, assim, a implementação do sistema de ensino pouco reconheceu ou praticamente negou os avanços trilhados pelos educadores sobre a avaliação na educação infantil.

Considerações finais

Em termos gerais, a visão dos professores sobre a avaliação na educação infantil tem relação com uma prática avaliativa que se parte muito mais das expectativas e experiências do docente para determinado agrupamento/faixa etária. Entende-se que as percepções dos professores sobre a avaliação na educação infantil se remetem às práticas avaliativas realizadas a partir de suas compreensões e experiências prévias, bem como se relacionam com formas padronizadas evidenciadas como o instrumento FADA. Ademais, considera-se que a implementação da documentação pedagógica aconteceu de maneira aligeirada e precária, o que não contribuiu para sua ampla efetivação. Outro aspecto a ser considerado é a descontinuidade ou da falta de planejamento quanto às políticas públicas propostas.

As dificuldades vivenciadas pelos professores no processo de implementação das diretrizes da avaliação na educação infantil foram assinaladas pelos sujeitos e, diante de condições de trabalho adversas, como a precarização do trabalho, foi possível perceber a desconfiança dos participantes ou mesmo a falta de adesão dos docentes em relação às atuais orientações existentes na rede municipal. Isto pode ser entendido como um exemplo de desesperança ou desencanto (Gentili; Alencar, 2012) frente a políticas públicas descontínuas e que frequentemente são implementadas sem a participação desses sujeitos.

Apesar desses aspectos, é possível tecer algumas possíveis contribuições no campo da avaliação na educação infantil. Um ponto que consideramos essencial é a formação continuada e em serviço para os professores e equipe gestora das instituições de educação infantil, por meio da promoção de momentos de estudos, momentos coletivos reflexivos sobre as práticas pedagógicas, o que pode favorecer a (re)construção de práticas avaliativas que respeitam os bebês e crianças, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação pública.

Referências

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, MEC/SEB, 2010. Disponível em: <http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2018.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 30 ago. 2016.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n.º 020/2009, de 09 de dezembro de 2009. Revisão das**

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília/DF. CNE/ CEB. 2009a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf. Acesso em: 30 ago. 2016.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 05/2009, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.** Ministério da Educação. Brasília, MEC, 2009b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb00509&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 ago. 2016.

GARMS, Gilda Maria Zauhy; SANTOS, Marisa Oliveira Vicente dos. **Concepções e práticas de avaliação infantil brasileira.** In: GUIMARÃES, Célia Maria; CARDONA, Maria João; OLIVEIRA, Daniele Ramos de (Org.). Fundamentos e práticas da avaliação na educação infantil. Porto Alegre, Editora Mediação, 2014, p. 127 -142.

GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto.** 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MARTINS, Marcos Francisco. **As dimensões ontológicas, axiológicas e gnosiológicas de uma “filosofia da transformação”: o materialismo histórico e dialético.** In: Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade? Campinas, SP: Autores Associados; Americana, SP: Unisal – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2008 p. 11 – 95.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Katia de Souza; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Olhando a criança e seus outros: uma trajetória de pesquisa em educação infantil.** Psicol. USP, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 437-464, Set. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642009000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 Jan. 2019.

SOROCABA. Prefeitura Municipal. Secretaria da Educação. **Diretrizes para Documentação Pedagógica na Educação Infantil da Rede Municipal de Sorocaba.** Caderno de Orientações SEDU n.º 04. Sorocaba, SP, 2016. Disponível em: <http://educacao.sorocaba.sp.gov.br/cadernos/wp-content/uploads/sites/3/2019/03/caderno-04.pdf>. Acesso em: 02 abr de 2019.

SILVA, Petula Ramanauskas Santorum. **A judicialização na educação infantil entre ênfases, encaminhamentos e solicitações no município de Sorocaba/SP.** 2018. 221f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba, Sorocaba, SP, 2018.